

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.410.079 - ES
(2018/0320380-5)**

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
EMBARGANTE : ANTONIO HONORIO CURTO XAVIER
ADVOGADO : MÍRIAN DOS SANTOS MACHADO - ES025511
EMBARGADO : UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE VÍCIOS DE FUNDAMENTAÇÃO, OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. ARGUMENTO IMPROCEDENTE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADO.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão, assim ementada (fls. 786-787, e-STJ):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE PROCURADOR AUTÁRQUICO. EDITAL 01/1994. AÇÃO VISANDO À NOMEAÇÃO. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. INVIÁVEL A ALTERAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO VOTO CONDUTOR ANTE O ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. SÚMULA 283/STF.

1. O acórdão recorrido, ao analisar a controvérsia, concluiu que o autor se baseou em premissas absolutamente equivocadas para sustentar o alegado direito, além de constatar que já havia ocorrido a prescrição do direito de ação.

2. Assim sendo, por si sós, esses fundamentos são suficientes para manter o acórdão recorrido, uma vez que para afastar o entendimento a que chegou a Corte local de que o autor se baseou em premissas absolutamente equivocadas em relação ao verdadeiro prazo de validade do concurso determinado nos autos do MS n. 4288/DF, impetrado por outros candidatos, seria necessário o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável em apelo excepcional por óbice da Súmula 7/STJ.

3. Além disso, o agravante não impugnou o fundamento apresentado na decisão recorrida de que não ficou evidenciada a similitude fática e jurídica entre os casos colacionados que teriam recebido interpretação divergente pela jurisprudência pátria, o que inviabiliza o conhecimento do recurso ante a deficiência na impugnação específica às razões de decidir. Impõe-se a quem recorre o ônus de observar o contexto em que os fundamentos da decisão agravada foram lançados e impugná-los, de forma individualizada e específica (EAREsp 746.775/PR, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 19/9/2018), o que não ocorreu no caso dos autos. Incide o teor da Súmula 283/STF.

4. Agrado interno não conhecido.

O embargante aponta contradição acerca do prazo de validade do concurso, alegando que "o concurso do DNER não foi prorrogado. Contudo, jurisprudência citada pelo Relator, referente ao mesmo concurso público do DNER, explicita que foi expedido

Superior Tribunal de Justiça

um novo edital para procurador autárquico do INSS, dentro do prazo de validade do concurso do DNER" (fl. 796, e-STJ).

Defende, ainda, omissão em relação a ausência expressa do marco inicial (dia, mês, ano) para a aplicação do prazo prescricional e, em sendo constatada a omissão e a contradição na forma alegada, sejam acolhidos os embargos declaratórios para fixar, expressamente, o marco inicial do prazo prescricional, ou na impossibilidade de reconhecer o exato início da contagem da prescrição requer o afastamento da prescrição e o retorno dos autos ao Juízo de origem para analisar o mérito, como entender de direito.

É o relatório. Decido.

Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de obscuridade, contradição ou omissão, nos ditames do artigo 1.022, do CPC/1973, bem como para sanar a ocorrência de erro material.

Sob esse enfoque, não se evidencia a ocorrência de nenhum dos vícios previstos no dispositivo em questão, sobretudo porque a tutela jurisdicional foi prestada de forma clara e fundamentada, ao assentar que (fls. 789-791, e-STJ):

[...]

Com efeito, o acórdão recorrido, ao analisar a controvérsia, concluiu que o autor se baseou em premissas absolutamente equivocadas para sustentar o alegado direito, além de constatar que já havia ocorrido a prescrição do direito de ação, senão vejamos (fls. 461-462, e-STJ):

Superior Tribunal de Justiça baseou em premissas absolutamente equivocadas para sustentar o alegado direito, além de constatar que já havia ocorrido a prescrição do direito de ação, senão vejamos (fls. 461-462, e-STJ):

[...]

No caso dos autos, o autor afirma que faz jus à nomeação para o cargo de Procurador Federal, na medida em que, durante o prazo de validade do concurso público em que fora aprovado, houve surgimento de novas vagas e ocupações irregulares, o que, na linha do atual entendimento do STF, garante a ele o direito à nomeação.

[...] Ocorre que o concurso público a que se submeteu o autor teve seu resultado final homologado em 08/11/1994, sendo que o prazo de validade do certame, que era de um ano, não foi prorrogado, já que a portaria expedida neste sentido foi tornada sem efeito por despacho da Ministra da Administração Federal e Reforma do Estado, publicado no dia 27/10/1995. Em outros termos, o autor pretende retomar discussão de atos praticados há mais de 20 anos! O art. 1º da Lei nº 7.144/1983 estabelece expressamente o prazo de 1 (um) ano para prescrição do direito de ação contra atos relativos a concursos para provimento de cargos e empregos na Administração Federal Direta e nas Autarquias Federais. Na hipótese, o autor não pretende impugnar atos concernentes ao concurso em si, mas suposta preterição ao direito público subjetivo de nomeação, motivo pelo qual há que se aplicar o prazo quinquenal previsto no Decreto nº 20.910/1932.

[...]

Destarte, o autor, em sua petição inicial, defende a inexistência da prescrição, argumentando que, como não foi dada publicidade à decisão judicial que restabeleceu o prazo de validade do concurso, não tomou conhecimento de que seu direito havia sido violado, não tendo sido iniciado, portanto, o prazo prescricional.

Superior Tribunal de Justiça

Ocorre que o autor baseia-se em premissas absolutamente equivocadas, a começar pela consideração de que o verdadeiro prazo de validade do concurso foi aquele determinado nos autos do MS nº 4288/DF, impetrado por alguns candidatos, e não por ele. Ora, nos termos do art. 472 do CPC/1973, que regulava os limites subjetivos da coisa julgada e que estava vigente à época do trânsito em julgado do referido processo, “a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros”. Assim, se o STJ concedeu a segurança naquele feito por considerar ser impossível revogar a prorrogação do prazo de validade do certame, tal entendimento beneficiou apenas os impetrantes, e não o autor.

Também não assiste razão ao demandante quando afirma que todos os demais candidatos deveriam ter sido integrados naquele processo, em litisconsórcio ativo, uma vez que, na linha do entendimento consagrado pelo STF, tal medida violaria os princípios do juiz natural.

Assim sendo, por si só, esses fundamentos são suficientes para manter o acórdão recorrido, uma vez que para afastar o entendimento a que chegou a Corte local de que o autor se baseou em premissas absolutamente equivocadas em relação ao verdadeiro prazo de validade do concurso determinado nos autos do MS n. 4288/DF, impetrado por outros candidatos, seria necessário o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável em apelo excepcional por óbice da Súmula 7/STJ.

[...]

Além disso, o agravante não impugnou o fundamento apresentado na decisão recorrida de que “não ficou evidenciada a similitude fática e jurídica entre os casos colacionados que teriam recebido interpretação divergente pela jurisprudência pátria” (fl. 749, e-STJ), o que inviabiliza o conhecimento do recurso ante a deficiência na impugnação específica às razões de decidir. Impõe-se a quem recorre o ônus de observar o contexto em que os fundamentos da decisão agravada foram lançados e impugná-los, de forma individualizada e específica (EAREsp 746.775/PR, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 19/9/2018), o que não ocorreu no caso dos autos. Incide o teor da Súmula 283/STF.

Como se denota, não há falar em contradição ou omissão, uma vez que a decisão recorrida utilizou-se de fundamentação suficiente para não conhecer do agravo interno, assim como para negar provimento ao recurso especial, inexistindo, portanto, qualquer vício de fundamentação, omissão, contradição ou obscuridade.

Adverta-se, por fim, que eventual oposição de novos embargos de declaração sem argumentação plausível para o recurso, apenas para solicitar re julgamento da controvérsia, pode ensejar a aplicação da multa prevista no artigo 1.026, § 2º, do CPC/2015.

Ante o exposto, **rejeito** os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator